

## DO DIREITO À EDUCAÇÃO: A EJA NO BRASIL

Silvia Cristina da Silva<sup>1</sup>  
Caroline Cristina da Silva Daniel<sup>2</sup>  
Letícia Aparecida de Oliveira<sup>3</sup>  
Marília da Silva Ribeiro<sup>4</sup>

### RESUMO

A educação é um dos fatores que mais influencia o processo das pessoas e das sociedades. Além de proporcionar conhecimento, a educação enriquece a cultura, o espírito, os valores e tudo o que caracteriza o ser humano. A educação é necessária em todos os sentidos: alcançar melhores níveis de bem-estar social e crescimento econômico; nivelar as desigualdades econômicas e sociais; promover a mobilidade social das pessoas; ceder a melhores níveis de emprego; ampliar as oportunidades dos jovens; revigorar os valores cívicos e seculares que fortalecem as relações das sociedades, pelo processo democrático e pelo fortalecimento do estado de direito, para promoção da ciência, tecnologia e inovação. A educação sempre foi importante para o desenvolvimento, mas tornou-se mais importante no mundo de hoje, que vive profundas transformações, motivadas, em parte, pelo rápido avanço da ciência e de suas aplicações, bem como do desenvolvimento da mídia não menos rápida, bem como das tecnologias da informação. Diante desse contexto apresentado, tornam-se necessárias algumas ações no sentido de melhoria qualificativa nos processos de aprendizagem, em especial aquele da educação de jovens e adultos, respeitando assim suas diferenças, a fim de que não desistam de seus estudos.

### PALAVRAS-CHAVE

Direito. Educação. EJA.

---

<sup>1</sup> Mestre em Educação, Ambiente e Sociedade - Universidade Anhanguera Educacional – Polo de São João da Boa Vista – SP

<sup>2</sup> Acadêmica do curso de Pedagogia - Universidade Anhanguera Educacional – Polo de São João da Boa Vista – SP

<sup>3</sup> Acadêmica do curso de Pedagogia - Universidade Anhanguera Educacional – Polo de São João da Boa Vista – SP

<sup>4</sup> Acadêmica do curso de Pedagogia - Universidade Anhanguera Educacional – Polo de São João da Boa Vista – SP

## **ABSTRACT**

Education is one of the factors that most influences the process of people and societies. In addition to providing knowledge, education enriches culture, spirit, values and everything that characterizes human beings. Education is needed in every way: to achieve better levels of social well-being and economic growth; leveling economic and social inequalities; promote people's social mobility; give in to better employment levels; expand opportunities for young people; to reinvigorate civic and secular values that strengthen the relations of societies, through the democratic process and the strengthening of the rule of law, to promote science, technology and innovation. Education has always been important for development, but it has become more important in today's world, which is experiencing profound changes, motivated in part by the rapid advance of science and its applications, as well as the development of the no less rapid media, as well as information technologies. Given this context, some actions are necessary in order to improve the qualification of learning processes, especially that of youth and adult education, thus respecting their differences, so that they do not give up on their studies.

## **KEYWORDS**

Right. Education. YAE.

## **INTRODUÇÃO**

A Educação de Jovens e Adultos possui uma trajetória histórica de realizações inconstantes, sinalizada por uma série de programas, muitas vezes não caracterizada como escolarização. Com a aprovação da LDB (lei nº 9394/96) e das Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação de Jovens e Adultos (parecer nº 11/2000), a EJA é identificada como modalidade da educação básica designada ao apoio de jovens e adultos que não frequentaram ou não concluíram a educação básica. Novas oportunidades têm surgido a fim de garantir uma metodologia adequada aos educandos com perfil para aperfeiçoar sua aprendizagem e vida profissional.

A sociedade tem evoluído em várias questões, e mais do que nunca é fundamental que a escola acompanhe essas evoluções. Principalmente no que se

refere à EJA, sua história no Brasil está muito ligada a Paulo Freire, que em sua ideologia teve como objetivo reparar questões sociais como a exploração e a exclusão. Suas obras, objetivando à libertação, dão um significado especial à relação entre professor e aluno. Para se transferir o conhecimento, o método de alfabetização de jovens e adultos busca, entre educadores e educandos, uma relação de legítimo diálogo. É preciso que se fale a mesma língua, favorecendo o acesso ao conhecimento.

Para a EJA, o reconhecimento da diversidade dos educandos tem suas necessidades de aprendizagem, motivações e condições com formas de atendimento diversificadas e flexíveis no espaço de ensino e aprendizagem com proposta pedagógica inovadora, com conteúdos curriculares e recursos didáticos apropriados à linguagem.

## **FATORES HISTÓRICOS, POLÍTICOS E SOCIAIS**

A educação de jovens e adultos no Brasil teve seus primeiros indícios durante o processo de colonização, após a vinda dos jesuítas, que se dedicaram à alfabetização e à catequização dos povos indígenas, nativos e colonizadores.

Com a chegada da família real no Brasil, surgiu a necessidade da formação de trabalhadores para atender a nobreza e, com isso, começou um processo de escolarização de adultos com o propósito de trabalharem como serviçais da corte e para cumprir as tarefas solicitadas pelo Estado. Segundo Piletti (1988, p. 165) “a realeza procurava facilitar o trabalho missionário da igreja, na medida em que esta procurava converter os índios aos costumes da Coroa Portuguesa”.

Moura (2003, p. 26) cita que

Foi ela, a educação dada pelos jesuítas, transformada em educação de classe, com as características das que tão bem distinguiam a aristocracia rural brasileira que atravessou todo o período colonial e imperial e atingiu o período republicano, sem ter sofrido, em suas bases, qualquer modificação estrutural, mesmo quando a demora social de educação começou a aumentar, atingindo as camadas mais baixas da população e obrigando a sociedade a ampliar sua oferta escolar. (MOURA, 2003 p.26).

Em 1827, no período imperial, é proclamada a primeira lei de educação do país, com objetivo de construir um sistema nacional de educação composto por escolas (NEVES, 2003, p.15).

Art.179 - A inviolabilidade dos direitos civis e políticos dos cidadãos brasileiros que tem por base a liberdade à segurança individual e a propriedade é garantida pela constituição do império entre outras maneiras pela instituição primária e gratuita a todos os cidadãos. Art.250 - Haverá no império escolas primárias em cada termo, ginásio em cada comarca e universidade nos mais apropriados locais. (NEVES, 2003, p. 28).

O que se estabeleceu na lei não se revelou na prática, pois não havia escolas suficientes para todos. O modelo de educação privilegiava a elite dominante, continuando grande o percentual da população adulta analfabeta.

Com a aprovação do decreto nº 19.513, de 25 de agosto de 1945, a educação de jovens e adultos se tornou oficial. Assim, novos projetos e campanhas surgiram com a intenção de alfabetizar aqueles que não tiveram acesso à educação no período correto, mas com o regime militar esses grupos e os seus membros foram perseguidos e impedidos pelos órgãos do governo federal.

Na década de 50, a campanha de Educação de Jovens e Adultos sofreu várias críticas pelos métodos usados, e acabou sendo extinta por não ter resultados positivos. Nesse momento surge uma referência no panorama da Educação de Jovens e Adultos, Paulo Freire. No início dos anos 60, nasce um clima de mudança a educação popular que se articulava a ação política, junto a pessoas ligadas à igreja católica. Em 1964, é aprovado o plano de alfabetização que deveria atingir todo o país, porém foi suspenso pelo golpe militar de 64 e substituído pelo movimento brasileiro de alfabetização MOBRAL (Movimento Brasileiro de Educação).

Somente com o surgimento da nova LDB nº 9394/96 e seus artigos 37 e 38, é que se passou a considerar várias modalidades de educação de jovens e adultos e uma nova adaptação nas condições sociais existentes.

A alfabetização surgiu com novas exigências econômicas pela aprendizagem dos ensinamentos básicos e fundamentais da cultura letrada. Tendo como apoio as pesquisas de políticas públicas em vigor nos últimos dez anos, a EJA vem ganhando uma nova identidade, marcada pela capacidade profissional, em alguns casos, pela oferta de cursos com curta duração.

## **ESCOLA E SUA FUNÇÃO SOCIAL**

A função social da escola vai mais além do que apenas gerar conhecimento. Pode-se afirmar que ela contribui na formação de cidadãos críticos e criativos, que sejam capazes de praticar a cidadania, para construção de uma sociedade melhor e justa para todos. Nesse sentido, observa-se que possui como principal função social a preparação dos jovens e adultos para o exercício da cidadania.

Em se tratando da EJA, é importante consideramos os desafios que existem em relação sistema de ensino, visto que não basta ensinar o que é conhecido; é também preciso capacitar o educando para questionar, transformar, refletir e criar, através de um método educativo facilitado, bem como toda aprendizagem que desperte o sentimento, favorecendo novas criações (GADOTTI, 1992).

Quando pensamos em Educação de Jovens e Adultos no Brasil, não podemos deixar de citar Paulo Freire, o mais notável educador brasileiro. Com várias atividades reconhecidas internacionalmente, pelo método de alfabetização de adultos, desenvolveu um pensamento político pedagógico. Para ele, o maior objetivo da educação é conscientizar o aluno, especialmente os mais necessitados. A educação freiriana está orientada para a conscientização de vencer primeiro o analfabetismo político para conjuntamente interpretar o seu mundo a partir da sua vivência, de sua história, de sua cultura. Perceber-se como oprimido e libertar-se dessa condição é a premissa que Freire defende:

Quem, melhor que os oprimidos, se encontrará preparado para entender o significado terrível de uma sociedade opressora? Quem sentirá, melhor que eles, os efeitos da opressão? Quem, mais que eles, para ir compreendendo a necessidade da libertação? Libertação a que não chegarão pelo acaso, mas pela práxis de sua busca; pelo conhecimento e reconhecimento da necessidade de lutar por ela. Luta que, pela finalidade que lhe derem os oprimidos, será um ato de amor, com o qual se oporão ao desamor contido na violência dos opressores, até mesmo quando esta se revista da falsa generosidade referida. (FREIRE, 2013, p.31).

Freire aponta que é fundamental na educação uma prática da autonomia, indagando os educandos como indivíduos no mundo, pois assim se sentirão desafiados e responderão de forma assertiva, ao invés de uma educação bancária, ou seja, que apenas ‘deposita’ os conteúdos nos alunos desprovidos de seus próximos pensamentos. Para Freire (2013, p. 49), “não há saber mais ou menos; há saberes diferentes”.

Ele propunha a construção do saber de forma conjunta, a qual o professor se aproxima dos conhecimentos prévios dos estudantes, para com essas referências

possa apresentar os conteúdos aos alunos, que teriam a autonomia para questionar os novos saberes adquiridos. Paulo Freire inspirou vários movimentos sociais que lutaram em busca da igualdade social, e seus princípios motivam até hoje ações da sociedade civil a favor da efetivação da cidadania.

## **EJA - DESAFIOS E POSSIBILIDADES PARA SUA EFETIVAÇÃO**

Sabemos que o público alvo da EJA são pessoas, que, por várias razões - sejam financeiras ou pelas longas distâncias da instituição de ensino -, tiveram que abandonar seus estudos, custando, assim, uma defasagem de conhecimento próprio. Atualmente, graças ao empenho de muitas pessoas preocupadas com o grande índice de analfabetismo no Brasil, esses jovens e adultos estão tendo a oportunidade de ingressar novamente na escola e dar seguimento aos seus estudos, pois, para muitos, a alfabetização é o início de uma nova vida. Sabemos também das inúmeras dificuldades encontradas nesse processo de ensino.

No Brasil existem várias escolas que oferecem a modalidade do ensino da EJA, porém nem todas as instituições disponibilizam tal modalidade. Alonso explica que:

A Educação é um direito de todos e deve ser orientada no sentido do pleno desenvolvimento e do fortalecimento da personalidade. O respeito aos direitos e liberdades humanas, primeiro passo para a construção da cidadania, deve ser incentivado. (ALONSO, 2013, p. 34)

Seguindo esse raciocínio, fica claro que todos têm direito a educação, independentemente do processo em que estão. Esse programa foi criado justamente para sanar o alto índice de analfabetismo, contudo existem muitos obstáculos que são encontrados pelo caminho, desde a formação de profissionais até a procura de pessoas para tal modalidade. Essa ausência de interesse ou até mesmo a dificuldade encontrada pela demanda dificulta o acesso ao ensino de jovens e adultos.

Temos no nosso país um grande incentivador nessa área de ensino, pois Paulo Freire dedicou-se profundamente nesse sentido. Ele trabalhou com seus alunos em cima de suas vivências e, através disso, dava início a alfabetização de

seus educandos. Então podemos trabalhar o ensino-aprendizagem nessa linha, integrando experiências de vida e conteúdos curriculares.

Uma das dificuldades encontradas é a melhoria da capacidade de intervenção do educador. É preciso adaptar melhor os conteúdos que serão trabalhados em sala de aula com a realidade desses alunos, pois eles já trazem consigo algum conhecimento, e querem ampliá-lo. Portanto, ao ingressar na escola, o educando que julgar que seus estudos não se mostram frutíferos, com certeza abandonará novamente a sala de aula. É necessário que o educador traga consigo alguns saberes e atitudes essenciais à prática da EJA. Entre eles estão assumir-se como profissional libertador; ter papel diretivo no processo educativo; colocar-se na posição de quem busca superar-se constantemente; fazer do ato educativo um ato de conhecimento; colocar-se em constante processo de formação; trabalhar com a indissociabilidade entre teoria e prática mediante reflexão crítica e, por fim, respeitar o educando e a si próprio.

Além dos itens mencionados acima, não podemos deixar de mencionar as próprias dificuldades encontradas pelos alunos, pois muitos trabalham o dia inteiro e chegam cansados em casa; além de mulheres com filhos pequenos e que não podem dar continuidade aos estudos - ou até mesmo por ignorância de seus parceiros -; o medo de iniciar no programa e não conseguir terminar; o sentimento de inferioridade por ter passado tanto tempo sem os estudos e por achar que não precisa mais.

O poder público trabalha para propiciar a educação de jovens e adultos oferecendo, além de aulas práticas, aulas a distância que são televisionadas e administradas por excelentes profissionais. Todavia, tais programas e projetos da EJA pouco alteram a estrutura das relações sociais.

Deve-se lembrar, no entanto, que o Brasil, por ser um país com uma grande extensão territorial, possui diferentes etnias e realidades sociais. Cabe a cada um de nós empenharmos para que a educação chegue a todos, diminuindo assim o grande número de analfabetismo.

Os jovens e adultos que não puderam cursar o ensino regular na época certa - pessoas que, na maioria das vezes, não possuem estruturas familiares e que tiveram parte de suas vidas roubadas por uma sociedade desigual - acabam demonstrando prejuízos por não estudar no tempo hábil. Para tanto, o EJA foi criado para de fato ajudar tais indivíduos.

O número de jovens e adultos no EJA é crescente desde os anos 90, devido à legislação que permite a entrada de jovens a partir dos 15 anos de idade. Alguns desses alunos acabam indo à escola por imposição da família.

O homem está sempre em processo de se educar, pois a sociedade sofre com mudanças constantes, principalmente no mundo do trabalho, o que faz com que o trabalhador necessite ampliar sua escolaridade desde a alfabetização até o ensino superior. Essa necessidade não está relacionada em subir de cargo, mas sim em que o indivíduo não perca seu emprego e não fique para trás.

Para um aluno do EJA, o trabalho acaba quase sendo um dos motivos para abandonar a escola, e, ao mesmo tempo, um motivo de retomada aos estudos pela sua necessidade, pois, além de aprender os conteúdos curriculares, aprende também lições de cidadania, justiça social, solidariedade, como se relacionar com o seu próximo e, por fim, como recuperar o tempo perdido.

## **A EJA PÓS LDB**

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação, em seu artigo 37, § 1º diz que:

Os sistemas de ensino assegurarão gratuitamente aos jovens e aos adultos, que não puderam efetuar os estudos na idade regular, oportunidades educacionais apropriadas, consideradas as características do alunado, seus interesses, condições de vida e de trabalho, mediante cursos e exames. (BRASIL, 1996).

Segundo a LDB, em seu artigo 38, sistemas de ensino manterão cursos e exames supletivos, que compreenderão a base nacional comum do currículo, habilitando ao prosseguimento de estudos em caráter regular. No mesmo artigo, é definida a idade mínima para a realização dos exames: maiores de 15 anos podem prestar exames para a conclusão do ensino fundamental, e maiores de 18 anos podem prestar exames para a conclusão do ensino médio.

A LDB foi importante ao início de uma percepção escolar diferenciada para os sujeitos tão diversos (JULIÃO, 2015) e com histórias de vida tão desconsideradas pelos direitos já previstos na Constituição. Porém, com o ato legislativo, definiu-se uma educação para jovens e adultos que reserva-se ao desenvolvimento da pessoa, como será visto nos artigos 4º, 37 e 38.

No artigo 4º da LDB fica evidenciada a reconfiguração do campo da EJA, através de sua caracterização como modalidade de educação básica, inteiramente gratuita, tanto no ensino fundamental quanto no médio, respeitando as necessidades e disponibilidades dos jovens e adultos.

O Brasil vivencia um momento de intensa mobilização em torno da discussão da EJA como modalidade da educação básica, resultando, em 2000, na aprovação das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação de Jovens e Adultos (Resolução CNE/CEB nº 01/2000 – BRASIL, 2000a) que, em seu parecer (CNE/CEB nº11/2000 - BRASIL, 2000b), garante o reconhecimento por parte do Conselho Nacional de Educação (CNE) da concepção de EJA como “um modo de existir com característica própria” (BRASIL, 2000b, p. 26), devendo o seu desenvolvimento considerar “as situações, os perfis dos estudantes, as faixas etárias” e se pautar “pelos princípios de equidade, diferença e proporcionalidade na apropriação e contextualização das diretrizes curriculares nacionais e na proposição de um modelo pedagógico próprio” (BRASIL, 2000b).

O Exame Nacional Para Certificação de Competências de Jovens e Adultos (ENCCEJA) possui como principal objetivo uma referência nacional por meio da avaliação de competências, habilidades e processo escolar ou nas relações que se desenvolvem na vida normal (família, trabalho, movimentos sociais, manifestações culturais, etc.).

Com o novo Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), a partir de 2009, o ENCCEJA passou a realizar a certificação apenas do ensino fundamental, deixando a certificação do ensino médio por meio dos resultados do ENEM. Conforme previsto pelo governo Temer (2016-2018), o ENEM deixou de conceder certificados para a conclusão do ensino médio, retornando para o ENCCEJA a sua responsabilidade inicial.

Também no governo de Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2010), importantes reformas foram implementadas na política nacional da EJA; entre elas a criação, em 2004, (i) da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade do Ministério da Educação (SECAD); (ii) a aprovação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB), que substituiu o Fundef a partir de 2007, incluindo as matrículas da EJA na previsão dos seus recursos – Lei nº 11.494/07 (BRASIL, 2007); (iii) a instituição, em 2007, da proposta de Agenda Territorial de

Desenvolvimento Integrado de Alfabetização e de Educação de Jovens e Adultos; e (iv) a implementação do Programa Nacional do Livro Didático para a Educação de Jovens e Adultos (PNLDEJA) em 2010.

De modo geral, no contexto das políticas públicas voltadas para a EJA no governo Dilma (2011-2016), percebe-se a continuidade das ações já desenvolvidas durante o governo anterior, ressaltando um elemento significativo: a criação do PRONATEC, em 2011, que se constitui, resumidamente, em uma ação de oferta de cursos de curta duração ou cursos técnicos, não relacionados à EJA inicialmente, desvinculados com as propostas de elevação de escolaridade, de formação integral e de continuidade do processo de escolarização.

O programa também apresenta uma concepção política que incorpora – ou prioriza – a lógica de transferência de recursos públicos para a iniciativa privada. Esse sombreamento do PROEJA diante do PRONATEC, segundo Franzoi, Silva e Costa (2013), pode comprometer as conquistas que o primeiro trouxe ao público da EJA, tanto no que se refere ao acesso quanto à qualidade da formação profissional integrada à educação básica; também a sua continuidade no âmbito das instituições federais, pois, considerando o caráter emergencial do PRONATEC, este pode ser substituído a qualquer tempo por um novo programa com os mesmos objetivos.

Por fim, a Educação de Jovens e Adultos é uma modalidade de ensino para todos aqueles que não tiveram a oportunidade de estudar na época certa. A EJA trouxe para a população a oportunidade não só de poder terminar os estudos em um curto período, mas também a oportunidade de conseguir bons empregos e até mesmo ingressar em uma faculdade.

A educação é essencial ao ser humano nos dias atuais, pois ainda existem muitos preconceitos com aqueles que, por algum motivo, não terminaram ou não tiveram oportunidade para estudar.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Alfabetizar jovens e adultos é uma antiga preocupação que não se baseia apenas ao contexto escolar, pois ela também está intimamente ligada a sonhos, anseios e expectativas. A história da Educação de Jovens e Adultos no Brasil foi marcada pelo caminho de ações e programas atribuídos à educação básica e, especialmente, aos programas de alfabetização para extinção do analfabetismo.

Somente com o passar dos anos e com a elaboração de novas leis com adaptações, houve mudanças para que, nos dias atuais, a EJA seja conhecida por proporcionar uma vida digna e participativa a todos.

Partindo do pressuposto que a escola visa claramente à socialização do aluno, cultivar a autonomia e autoestima, deve-se exercer um papel essencial para a formação dessas pessoas, de modo a criar projetos para que os jovens e adultos possam adaptar a vida familiar e a jornada de trabalho. Sendo assim, a educação deve ser feita de maneira inclusiva, o que os fará ter interesse pelas aulas e pelo espaço escolar.

Todo esse procedimento de ensino tem vantagens tanto para a pessoa que se submeteu a EJA, quanto para a sociedade que vem a receber profissionais competentes bem capacitados. Para que a escola atinja sua função como lugar de oportunidades, é preciso ferramentas básicas. Para se ter um trabalho eficiente, o educando tem que participar dinamicamente do seu método de ensino-aprendizagem. Este tem que estar ciente que sua participação é de extrema importância para novos saberes.

Vimos, portanto, o quanto é fundamental a educação de jovens e adultos e como foi idealizada e posta em prática. Também percebemos a dificuldade existente nesse processo educacional, tanto por parte da clientela como por parte de profissionais especializados, assim como o planejamento e o currículo a ser administrado e trabalhado.

Desse modo, Paulo Freire foi um grande incentivador dessa abordagem e trabalhava o assunto de maneira clara e realista, interagindo a vivência pessoal do aluno com conteúdo que cada um precisava aprender. Entretanto, em meio a tantas boas vontades, ainda é precário o atendimento na EJA e com isso, muitos candidatos saem prejudicados. Espera-se um melhor engajar das autoridades responsáveis e com isso a diminuição do analfabetismo no Brasil.

## REFERÊNCIAS

ALONSO, Daniela. Os desafios da Educação inclusiva: foco nas redes de apoio. **Nova Escola**. 01 fev. 2013. Disponível em: <<https://novaescola.org.br/conteudo/554/os-desafios-da-educacao-inclusiva-foco-nas-redes-de-apoio>>. Acesso em: 06 maio 2019.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica. **Resolução CNE/CEB nº 1, de 5 de julho de 2000**. Estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação de Jovens e Adultos. Brasil: Conselho Nacional de Educação, 5 jul. 2000. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CEB012000.pdf>>.

\_\_\_\_\_. \_\_\_\_\_. **Parecer CNE/CEB 11/2000**. Brasil: Conselho Nacional de Educação, 10 maio 2000. Disponível em: <[http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/PCB11\\_2000.pdf](http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/PCB11_2000.pdf)>.

\_\_\_\_\_. **Decreto nº 19.513, de 25 de Agosto de 1945**. Disposições regulamentares destinadas a reger a concessão do auxílio federal para o ensino primário. Brasília, DF: Câmara Dos Deputados [2019]. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1940-1949/decreto-19513-25-agosto-1945-479511-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 06 maio 2019.

\_\_\_\_\_. Lei nº. 9.394, de 23 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, p. 27833, 23 dez. 1996.

FRANZOI, Naira Lisboa; SILVA, Carla Odete Balestro; COSTA, Rita de Cássia Dias. PROEJA e PRONATEC: ciclo de políticas, políticas recicladas. **Políticas Educativas**. Porto Alegre, v. 6, n. 2, 2013. Disponível em: <[seer.ufrgs.br/index.php/PolEd/article/view/46252/28833](http://seer.ufrgs.br/index.php/PolEd/article/view/46252/28833)>

FREIRE, Paulo. O Homem e Sua Experiência/Alfabetização e Conscientização. *In: Conscientização: teoria e prática da libertação*: uma introdução ao pensamento de Paulo Freire. São Paulo: Cortez & Moraes, 2013.

GADOTTI, Moacir. **Diversidade Cultural e educação para todos**. Rio de Janeiro: Graal, 1992.

JULIÃO, E. F. A diversidade dos sujeitos da educação de jovens e adultos. *In: MEDEIROS, C.C; GASPARELLO, A; BARBOSA, J.L. Educação de jovens, adultos e idosos: saberes, sujeitos e práticas*. Niterói: UFF/Cead, p. 157-170, 2015.

MOURA, Maria da Gloria Carvalho. **Educação de Jovens e Adultos: um olhar sobre sua trajetória histórica**. Curitiba: Educarte, 2003.

NEVES, Iara Conceição. **Ler e Escrever**: compromisso de todas as áreas. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2003.

PILLETI, C. **História da educação**. 2. ed. São Paulo: Ática, 1988